

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.014 - PR (2013/0041258-4)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN**  
**ADVOGADO : MAURÍCIO HENRIQUE SOUZA E SILVA E OUTRO(S) - RS068188**  
**RECORRIDO : ELZIO PEREIRA DA SILVA - ESPÓLIO E OUTROS**  
**ADVOGADO : MARCILEY DA SILVA GAVIOLI BERTI E OUTRO(S)**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

“ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ATUALIZAÇÃO DO PRECATÓRIO. COMPETÊNCIA. RECEBIMENTO EM PARCELA ÚNICA.

1. Cabe ao juiz da execução decidir questões relativas à atualização do precatório, sendo que tal deve se dar, até 1º de julho de 2009, pelo IPCA-E e após, pela remuneração básica das cadernetas de poupança, ressaltando-se as peculiaridades do caso.
2. Cumprimento da decisão do Plenário do STF, que deferiu pedidos de medida cautelar em duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI nº 2.362-MC/DF e ADI 2.356-MC/DF), para suspender, até julgamento final das ações diretas, a eficácia do art. 2º da EC 30/2000, que introduziu o art. 78 e seus parágrafos no ADCT da CF/88, determinando que, 'ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data da promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos'. (Informativo 610 do STF)
3. Agravo de instrumento provido” (fls. 325/326e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 329/332e), os quais restaram rejeitados, com a correção de erro material, nos seguintes termos:

“PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. CORREÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

1. *In casu*, o pedido dos agravantes, no ponto, foi de 'atualização dos precatórios pelo IPCA-E (nos termos do art. 3, inciso I, da ON 02/2009, do CJ), e não pelo índice poupança'.

2. Tendo presente a determinação constante na decisão embargada, de observância da data da primeira expedição para auferir o índice de atualização dos precatórios, bem como para que o IPCA-E seja utilizado somente naqueles precatórios expedidos até 10 de julho de 2009, reconheço a existência de erro material no dispositivo do acórdão embargado, eis que constou o provimento do agravo de instrumento, quando, em verdade, deveria ter constado o parcial provimento do agravo de instrumento. Assim, ao fim de sanar erro material constatado, corrige-se o dispositivo do acórdão embargado para que passe a constar: 'Ante o exposto, voto por dar parcial Provimento ao agravo de instrumento, nos termos da fundamentação'

3. Quanto ao mais, inexistente, no acórdão embargado, omissão a ser sanada, porquanto o juiz deve decidir a matéria trazida à lide, e não artigos de lei, bastando, para tanto, a exteriorização dos fundamentos jurídicos embasadores do acórdão, não sendo dever do julgador declinar, um a um, todos os dispositivos legais trazidos pelas partes ou eventualmente aplicáveis ao caso.

4. A necessidade de prequestionamento não afasta a necessidade de ocorrência de omissão no acórdão quanto à matéria que se quer prequestionar, isto é: mesmo os declaratórios com fins de prequestionamento devem observar os requisitos previstos no art. 535 do CPC para o seu cabimento.

5. A intenção de rediscutir a matéria e obter novo julgamento pela Turma não encontra nos embargos de declaração a via processual adequada, já que é cabível tal recurso quando na decisão prolatada houver obscuridade, contradição, ou omissão, conforme artigo 535, inc. I e II, do Código de Processo Civil ou, por construção jurisprudencial, erro material.

6. Embargos desprovidos. Correção, de ofício, do erro material constatado no dispositivo do acórdão embargado para que passe a constar: 'Ante o exposto, voto por dar parcial provimento ao agravo de instrumento, nos termos da fundamentação'” (fls. 341/342e).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos artigos 535 do CPC/73 e 28, §6º, I, II, da Lei 12.309/2009, sob os seguintes fundamentos: a) não obstante a oposição dos Embargos Declaratórios, o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca do art. 28, §6º, da Lei 12.309/2009; b) “o BACEN não foi responsável por erro judiciário cometido, não havendo qualquer justificativa para o agravamento de sua situação, em razão de ato equivocado cometido pela secretaria judicial” (fl. 354e); c) “não há razão jurídica para adoção de data anterior para alteração do critério de correção monetária, vez que a expedição de precatório anterior foi cancelada, desaparecendo o precatório anteriormente inscrito e, por consequência, inexistes os efeitos que dele adviriam, em razão de sua nulidade, em especial a própria data de sua emissão” (fl. 355e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 359/363e).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Por outro lado, acerca da controvérsia, constou do acórdão que julgou os Embargos Declaratórios, que “o acórdão embargado entendeu que 'a atualização monetária deve dar-se pelo IPCA-E naqueles precatórios expedidos até 1º de julho de 2009 e, depois, pela remuneração básica das cadernetas de poupança. Contudo, no presente caso, considerando que houve equívoco na expedição e que este não pode ser considerado de responsabilidade da parte autora, deve-se utilizar a data da primeira expedição para auferir o índice de atualização dos precatórios” (fl. 335e).

Desse modo, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal de origem, e consequente acolhida da pretensão recursal de que não pode ser prejudicado por erro

# *Superior Tribunal de Justiça*

judiciário, de forma a se determinar qual o índice a ser aplicado, demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora

